

**ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO DO
PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL**
*ACTIONS FOR CONSERVATION OF
CULTURAL HERITAGE MATERIALS*

*Sílvia Helena Zanirato*¹

*Andrea Cavicchioli*²

Resumo: A discussão contemplada no texto se refere aos entendimentos acerca das intervenções realizadas sobre os elementos materiais que constituem o patrimônio cultural, em especial a conservação preventiva e o restauro, operações que objetivam prolongar a permanência física do bem e a mantê-lo em bom estado e durante a maior parte do tempo possível.

Palavras-chave: Patrimônio cultural. Conservação. Restauro.

Abstract: The text entertains a discussion regarding the understanding of the different forms of interventions on the material components of the cultural heritage, namely preventive conservation and restoration, actions that are aimed at protracting the physical integrity of cultural artifacts and maintaining them in optimized state for the longest possible time.

Key words: Cultural Heritage. Conservation. Restauration.

¹ Doutora em História, professora do curso de Gestão Ambiental e dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Ambientais e em Mudança Social e Participação Política, todos da Universidade de São Paulo.

² Doutor em Química, professor do curso de Gestão Ambiental e do Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, da Universidade de São Paulo.

APRESENTAÇÃO

O objetivo principal do texto é o de discutir procedimentos que se fazem sobre o estado físico do Patrimônio Cultural Material com vistas a garantir sua permanência pelo maior tempo possível. A preocupação é a de simplificar entendimentos acerca das operações que se realizam sobre o patrimônio e seu entorno com o objetivo de conservá-lo.

Com essa preocupação o texto é organizado em cinco partes. Inicialmente se faz uma exposição do conceito, ciente de sua pluralidade semântica. A seguir, são apresentados alguns dos inúmeros riscos que se abatem sobre os bens patrimoniais e que podem resultar na degradação de suas. Passo seguinte, são discutidas a conservação e a restauração, intervenções que se fazem no patrimônio com vistas a manter sua integridade física. A preocupação é a de deixar claro a distinção entre as ações de conservação e de restauro, ciente de que a primeira objetiva identificar e estancar o processo de deterioração que o bem pode estar padecendo, neutralizando assim as causas que provocam a degradação. A restauração, por sua vez, é aqui entendida como uma intervenção direta sobre o objeto, que, todavia também é uma agressão ao mesmo. Ao final, são discutidas as dificuldades maiores para a proteção do patrimônio no Brasil, justamente porque demandam o efetivo envolvimento da comunidade detentora do bem com a sua proteção.

O QUE É O PATRIMÔNIO

O patrimônio é compreendido como os elementos materiais e imateriais, naturais ou culturais, herdados do passado ou criados no presente, no qual um determinado grupo de indivíduos reconhece sinais de sua identidade (CASTILLO RUIZ, 1996). Nele se incluem todos os bens que são expressões e testemunhos da criação humana, como os conjuntos de edifícios, obras de arte, sítios e espécimes arqueológicos e etnográficos, coleções zoológicas, botânicas ou geológicas, livros, documentos, manuscritos, partituras, instrumentos musicais e discos, fotografias, materiais têxteis e objetos culturais e históricos em geral, ou seja, artefatos que traduzem a maneira de ser e fazer de um povo. Esses bens são conservados porque indivíduos ou a sociedade, através de organizações criadas por eles, lhes conferem algum significado especial, estético, documental, histórico, educativo, científico.

Conservá-lo é uma forma de garantir o testemunho e o referencial de seus valores, de sua representatividade técnica e social.

A conservação do componente material do patrimônio requer uma série de habilidades e conhecimentos que permitam conhecer e então se evitar os riscos de seu desaparecimento.

OS RISCOS À MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO

O componente material do patrimônio é constituído por estruturas que variam ao longo do tempo em função de ações físicas e químicas, eventualmente disparadas por processos biológicos, que influem sobre eles. As transformações que ocorrem ao longo da vida dos artefatos ou muito lentamente são comumente referidas como "envelhecimento", pois se fazem sem alterar repentinamente sua estabilidade ou suas características essenciais (como a cor de uma pintura). Não raras vezes, isso contribui para dar um tom adicional aos materiais, a chamada "pátina" do tempo ou os "pequenos sinais de idade, que se acumulam nas superfícies dos objetos" (MCCRACKEN, 1990, p. 32).

Esse processo, ao sofrer aceleração ou associação a mecanismos adicionais de agressão, pode provocar alterações mais radicais e, nesse caso, se fala em degradação ou deterioração (ou ainda, biodeterioração).

A natureza e, sobretudo, a velocidade das transformações são determinadas pelas propriedades intrínsecas dos materiais, seus componentes, origem e técnicas de produção, mas também pela interação dos materiais com o seu entorno. É assim que, identificando e conhecendo os fatores que caracterizam o ambiente circunstante e as formas de interação com a matéria, a degradação dos materiais pode ser retardada (BACCI et al., 2008, p. 1984). Para isso são necessárias medidas de controle capazes de favorecer que um objeto, um monumento, área, ou lugar perdure mais tempo, com o maior grau de integridade. Via de regra, quanto mais as condições ambientais são estáveis, menor e mais lenta é a degradação. Essas medidas constituem o que se denomina conservação preventiva (DAHLIN, 2002; GONZALEZ-VARAS, 2003, FRONER & ROSADO, 2008).

Evidentemente, nem todos os fatores agressores têm a mesma propensão ao controle técnico e as mesmas implicações nos bens culturais. Terremotos, erupções vulcânicas, inundações, deslizamentos de terra, furacões, tufões, etc., são algumas ocorrências que resultam num efeito devastador e imediato sobre um bem.

É preciso, ainda, considerar outros fatores, mais ou menos graduais e cumulativos, que igualmente se abatem sobre o patrimônio, como a falta de preocupação com a sua conservação, o abandono, a negligência, a ausência do estado, e a depredação e o vandalismo (MICHALSKI, 1990, p. 591; FRONER & SOUZA, 2008, p.

16). A título de exemplo, podemos citar a fonte monumental da artista paulista Nicolina Vaz (1874-1941) localizada na Praça Julio de Mesquita em São Paulo, nas proximidades da região chamada “cracolândia”. Ao longo dos anos, essa esplêndida obra (SIMIONI, 2008, p. 271) sofreu - devido ao esquecimento por parte do poder público e da ação depredatória da população, mutilações muito mais prejudiciais do que os danos provocados pelo intemperismo ao mármore e ao bronze, que ainda são materiais bastante sensíveis ao efeito da poluição atmosférica.

A atuação simultânea e sinérgica desse conjunto de fatores resulta num processo geral de fragilização, aos quais podem ainda se agregar os fenômenos típicos da modernidade. A pressão urbana, a visitação turística incontrolada e a supremacia dos interesses econômicos são ações que contribuem para antecipar a degradação e apressar o desaparecimento do patrimônio. A esses agravantes encontram-se também os eventos decorrentes das mudanças climáticas “que afetam muitos e provavelmente afetarão muitos outros bens do Patrimônio Mundial, tanto naturais quanto culturais nos próximos anos” (UNESCO, 2005, p. 2).

Com vistas a prolongar a permanência física do bem e a mantê-lo em bom estado e durante a maior parte do tempo possível, uma série de operações podem ser empregadas, entre as quais as destinadas à conservação preventiva ou, quando a agressão já se fez mais intensa, à intervenção direta sobre o bem.

A CONSERVAÇÃO PREVENTIVA

As intervenções de conservação são ações que se executam sem que haja uma intervenção direta sobre o objeto (GONZALEZ-VARAS, 2003). Essas ações visam a prevenção da degradação e se expressam na análise dos fatores de degradação, na intervenção sobre o ambiente para o controle das condições ambientais, na manutenção ordinária e na intervenção direta de conservação (GONZALEZ-VARAS, 2003, BERMÚDEZ et al, 2004).

De um ponto de vista estritamente técnico, estratégias de conservação preventiva tendem a focar no entorno dos objetos, no controle ambiental, na gestão dos espaços fechados e numa adequada organização dos recursos financeiros e humanos para essa gestão. Cassar (1994, p. 4) justamente realça que “*preventive conservation management within museums has two distinct yet complementary aspects: the technical and the organisational*” e que o problema perpassa por duas simples questões: “*what to do and how to do it*”.

A conservação preventiva compreende operações de conhecimento e análise, de controle e manutenção, que incidem, principalmente, sobre o ambiente onde o

bem se encontra. Nelas estão o conhecimento dos objetos e estudos analíticos sobre a estrutura e consistência material dos mesmos, dos fatores de degradação internos e externos que incidem ou podem incidir sobre eles.

Para que a conservação seja, de fato, preventiva, se faz necessário o conhecimento prévio e exaustivo do bem. Isso significa seu registro e identificação, tarefas que se realizam por meio de inventários.

Os inventários são instrumentos de documentação que produzem uma informação especializada sobre o bem, entre os quais a identificação, descrição e localização do mesmo, seus valores históricos, artísticos, culturais, sua conformação material, as técnicas empregadas em sua fabricação, os materiais e métodos empregados em sua produção, as intervenções por venturas havidas no mesmo, os componentes primitivos e os acréscimos posteriores, suas dimensões e estado de conservação. O inventário é um instrumento importante para a conservação e consiste no primeiro passo para a intervenção ativa e a proteção do bem patrimonial. Sua execução pressupõe o reconhecimento do bem como um elemento que exige tutela e proteção (GONZALEZ-VARAS, 2003).

O inventário como um instrumento de proteção legal encontra amparo na Constituição Brasileira de 1988, que o considera um instrumento jurídico de preservação do patrimônio cultural, ao lado do tombamento, da desapropriação, dos registros, da vigilância e de outras formas de acautelamento e preservação (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, art. 216, § 1º). Por essa razão ele é tido como "um ato administrativo declaratório restritivo porquanto importa no reconhecimento, por parte do poder público, da importância cultural de determinado bem, daí passando a derivar outros efeitos jurídicos objetivando a sua preservação" (MIRANDA, 2008, p. 12).

A segunda etapa para que a conservação se faça consiste na análise do estado material do bem.

Cada objeto ou bem material é constituído por um ou mais materiais, foi criado com técnicas particulares e se situa em um determinado lugar, exposto a fatores de deterioração em maior ou menor intensidade. Para melhor compreender esse estado há que se fazer um diagnóstico, ou seja, uma análise dos materiais e a identificação de patologias e de eventuais mecanismos de deterioração em ato, objetivando a apresentação de possíveis soluções. Para isso, empregam-se métodos analíticos variados que dependem da natureza do bem, de sua estrutura física, de seu tamanho e de sua localização, e, sobretudo, da informação analítica desejada, do grau de precisão e acurácia, da complexidade de matriz em exame e da possibilidade de realizar uma amostragem e/ou uma análise com caráter não-destrutivo.

Trata-se, por conseguinte, de um procedimento que visa ao conhecimento pormenorizado dos fatores de agressão que incidem sobre o bem e que podem prejudicá-lo.

A realização do diagnóstico comporta etapas que ensejam:

- a. caracterizar o objeto em termos de seus elementos constitutivos e suas técnicas de execução,
- b. definir seu estado de conservação e diagnosticar possíveis alterações ou patologias,
- c. identificar os fatores de deterioração e determinar como esses fatores incidem sobre o bem,
- d. orientar a eleição dos tratamentos, produtos ou operações de conservação mais adequados para o ambiente e de conservação e ou restauração do bem

O diagnóstico deve ainda incluir:

- a. estudos documentais sobre o bem que considerem as transformações sofridas pelo mesmo como acréscimos, repintura, atualização estética e funcional,
- b. análise das condições ambientais: temperatura e umidade relativa do ar, tipo e intensidade da radiação luminosa, poluentes atmosféricos,
- c. análise de detalhes precisos de técnicas empregadas, o que requer o uso de fotografias, técnicas de irradiação, microscopia, etc. (GONZALEZ-VARAS, 2003, pp. 88-89).

De um modo geral, é possível fazer uma classificação simplificada em técnicas de análise elementar e técnicas para a análise molecular, em métodos destrutivos e métodos não destrutivos, conforme a tabela abaixo.

	Análise elementar	Análise molecular
Análises destrutivas	> Espectroscopia de absorção ou emissão atômica (AA e ICP)	> Cromatografia gasosa (GC) > Cromatografia líquida de alta eficiência (HPLC)
Análises não destrutivas	> Fluorescência ou difração de raios X (XRD e XRF)	> Espectroscopias vibracionais (FTIR e Raman)

Tabela 1 Exemplos de técnicas de análise química de materiais comumente usadas em conservação de bens culturais.

Na análise elementar, identificam-se quais espécies atômicas se encontram no material e em qual quantidade. Isso é particularmente importante no reconhecimento de componentes inorgânicos em matrizes oriundas do mundo mineral (como no caso das cerâmicas, materiais de alvenaria e metais) ou em materiais de tipo orgânico, onde esses componentes atuam como complementos ou aditivos, valendo aqui citar o exemplo dos aditivos usados no papel ou nos polímeros, os pigmentos das tintas, os produtos empregados na taxidermia. Existe, a esse respeito, uma linha de trabalho que

utiliza a composição elementar minoritária acoplada à análise estatística multivariada para rastrear a origem natural de um material, numa abordagem que se assemelha à das ciências forenses.

Já a análise molecular é voltada para quantificação de moléculas e, embora possa ser empregada tanto para materiais orgânicos como inorgânicos, a tendência é que seja mais proveitosa para a primeira utilidade. É freqüente ter que fazer o reconhecimento de polímeros naturais (p. ex. proteínas) ou sintéticos, em tintas, vernizes, aglutinantes, tecidos ou extratos de origem animal ou vegetal (HOWELL, 2002).

A distinção em técnicas destrutivas e não destrutivas é extremamente pertinente nesse âmbito. No entanto, cabe fazer algumas distinções. As técnicas podem ser destrutivas seja no sentido de implicarem na remoção de amostra do artefato, seja pelo fato da análise em si provocar a destruição do material. A espectroscopia Raman, por exemplo, é considerada uma técnica não destrutiva, desde que realizada aplicando uma potência compatível com o material analisado. Entretanto, é praticamente impossível levar objetos de grandes dimensões (uma parede, uma grande tela, uma escultura) a um laboratório e encaixá-la dentro da aparelhagem, de modo que, nesses casos, pode ser necessário ter que retirar uma amostra – operação que geralmente é feita numa escala microscópica e em áreas pouco aparentes. Hoje em dia, para contornar esse inconveniente, há aparelhos portáteis para análise não destrutiva dotados de sondas extensíveis, que estão ganhando espaço entre especialistas da área.

As mesmas abordagens gerais são aplicadas para os estudos dos processos de degradação, que ocorrem em todos os materiais de maneira mais ou menos rápida e profunda.

As causas de deterioração podem ser segundo os agentes de natureza química ou física, em determinados casos mediados por (micro) organismos vivos, que incidem de maneira diferenciada segundo a constituição material do bem.

A deterioração física é causada principalmente por ciclos de expansão e encolhimento dos materiais em decorrência de variações de temperatura e, sobretudo, de umidade relativa do ar. Cassar (1994, p.17) destaca como, diferente dos seres humanos que são particularmente sensíveis à temperatura, os materiais são muito mais suscetíveis a flutuações de umidade. O conteúdo de vapor d'água na atmosfera, por sua vez, intimamente ligado à temperatura, regula o conteúdo de água nos materiais num processo de equilíbrio dinâmico (THOMSON, 1986, p. 66). Objetos compostos por fibras (madeiras, tecidos, papel) alojam moléculas de água nos interstícios entre as estruturas fibrosas hidrofílicas e, por conseqüência, são mais

vulneráveis. Em muitos casos, a combinação de materiais com diferentes graus de propensão a absorver umidade no mesmo objeto constitui uma agravante que cria tensões desiguais e estresses mecânicos severos.

A agressão química é resultante de transformações dos materiais em compostos diferentes com propriedades distintas: um verniz que amarelece, uma tinta que desbota, fibras que enfraquecem, metais que corroem. A transformação já pode ser intrínseca dos componentes moleculares e vir a se tornar mais rápida: é uma lei geral do universo o fato de as substâncias orgânicas expostas ao ar serem fadadas à decomposição; esse é, geralmente, um processo lento, sobretudo em determinadas condições ambientais. Múmias, pergaminhos, pinturas, restos animais e vegetais podem sobreviver por séculos ou milênios em temperatura, umidade relativa e concentrações baixas de oxigênio: por exemplo, Ötzi, o “homem do gelo”, resgatado nas geleiras dos Alpes austríacos em 1991, manteve um elevado grau de sua estrutura corpórea preservada por mais de três mil anos.

Ora, transformações lentas podem ser aceleradas e mecanismos adicionais de degradação podem ser disparados pela ação da temperatura, da umidade, de substâncias inusitadas advindas do meio, da luz, da presença de microrganismos ou pestes. Trata-se de fatores que atuam de forma individual ou combinada, em sinergia (VAN DER BRINK et al., 2000). A hidrólise da celulose e das proteínas é promovida tanto pela temperatura como pela umidade; a autoxidação de moléculas orgânicas é decorrente da ação da luz, oxigênio do ar e de gases oxidantes, como o ozônio; a corrosão dos metais é, via de regra, o resultado da atuação colaborativa de umidade e poluentes; para a degradação mediada por enzimas (biodeterioração) concorrem temperatura, umidade, luz e, eventualmente, nutrientes advindo da atmosfera em complexo balanço. Quanto mais os artefatos apresentarem materiais compósitos, mais complexo vai ser o conjunto de mecanismos interferindo em sua estabilidade.

Pesquisas recentes sobre a conservação preventiva de órgãos do período barroco têm mostrado o desafio de se lidar com instrumentos: i) de madeira, exposta à agressão por fungos e insetos xilófagos (termitas e cupins) e sujeita a estresse mecânico por efeito de flutuações de umidade; ii) compostos por tubos sonoros de ligas chumbo, passíveis de corrosão por efeito da umidade e de gases ácidos emitidos pela madeira; e, ainda, iii) incluindo frequentemente elementos decorativos e outros complementos em metal, couro tintas, todos sensíveis aos fatores já mencionados (FREIXO & CAVICCHIOLI, 2010).

Excrementos de aves e morcegos, a ação de roedores, a construção de ninhos por parte de abelhas e marimbondos são outros fatores de degradação do patrimônio material.

Não se pode esquecer de outros fatores de agressão como a falta de uma ação de manutenção periódica e constante que causa a deterioração do bem. Isso vai desde a perda de função às dificuldades de utilizar técnicas tradicionais para sua manutenção. O turismo de massa também pode ser um fator que contribui para a degradação do bem por estimular um tipo de urbanização violenta, que não leva em conta os valores da paisagem e ambiente histórico (SANTAMARTA, 1998).

Em face de todas essas possíveis agressões, são necessárias medidas preventivas que evitem a deterioração e impeçam que tenha que fazer intervenções mais incisivas no bem.

O debate sobre o controle ambiental em museus e outros locais fechados voltados para a conservação de bens culturais já está bem estabelecido e tem como seu marco chave a publicação do livro do Gary Thomson *The Museum Environment* (1978). A partir das discussões contidas nesse texto, estabeleceu-se um conjunto de recomendações gerais, orientações específicas e questões em contínuo debate na comunidade científica sobre os padrões de qualidade do ar em ambientes fechados de museus e locais da mesma natureza (CAMUFFO, 1998; BLADES et al., 2000)

Fazem parte dessa pauta temas, agora tradicionais, como níveis adequados de temperatura, umidade relativa, poluentes gasosos e particulados, tipo e intensidade de radiação luminosa, mas também as condições microclimáticas dentro de gabinetes e molduras, emissões de materiais de construção e decoração e de produtos de limpeza, estratégias de absorção (*scavenging*) de poluentes atmosféricos, modelagem dos processos de transferência de substâncias gasosas entre ambientes internos e externos, procedimentos para mensurar o impacto global de ambientes diretamente sobre os materiais, entre outros. Tal discussão se dá em âmbitos bastante consolidados na escala internacional (reuniões do ICOM-CC e do IAQ-Group) e regional (Latin-American Symposium on Physical and Chemical methods in Archaeology, Art and Cultural Heritage Conservation, chegado em 2011 à sua 3ª edição).

Quando a conservação preventiva não é suficiente para a manutenção do bem, se recorre à intervenção mais direta, nas quais se empregam medidas precisas sobre a estrutura material do bem, de modo a deter ou postergar sua degradação, o que comumente se designa como restauro.

AÇÕES DE RESTAURO

Segundo González-Varas (2003, p. 74), a conservação se aplica a todo bem e o restauro “somente aos produtos da atividade humana nos quais se reconhecem valores formais, ou seja, em obras de arte ou em objetos artesanais”.

As ações para a restauração são operações que tem por finalidade a restituição ou melhora da legibilidade da imagem e o restabelecimento de sua unidade potencial. As operações características de restauração compreendem a reintegração de lacunas, limpeza e eliminação de acréscimos considerados prejudiciais para a integridade física ou estética do bem.

O restauro pode ser, em alguns casos, uma operação de deposição de uma camada protetora transparente, um procedimento de limpeza ou a pulverização de um inseticida – no entanto, via de regra, a operação ocorre após danos e prejuízos substanciais nos objetos.

É um tipo de intervenção que deve ser realizada excepcionalmente, pois não deixa de ser traumática aos bens, uma vez que “não existe nenhuma intervenção direta sobre um objeto, por mínima ou correta que seja, que não resulte na fadiga ou no decaimento do mesmo” (GONZALEZ-VARAS, 2003, p. 100). Por isso, ela deve ser considerada um último recurso para sua conservação. Após a intervenção direta o bem resulta mais frágil e vulnerável do que antes da intervenção, isso porque “foram eliminados alguns de seus componentes materiais e acrescentadas substâncias ou produtos novos que deverão estabelecer um novo equilíbrio com os materiais originais” (*Ibidem*, p. 101).

A intervenção direta sobre o objeto é uma atividade sumamente delicada, que requer conhecimentos históricos, artísticos, capacidade técnica e analítica, preparação científica e conhecimento exaustivo das técnicas e materiais artísticos, dos fatores de degradação e técnicas de conservação e restauração. Por essa razão, qualquer intervenção pressupõe uma formação interdisciplinar e o concurso de diversos especialistas.

A intervenção direta é, portanto, uma operação delicada que deve seguir uma série de princípios entre os quais: ser a mínima possível, utilizar materiais suficientemente experimentados e dos quais se conheçam os efeitos, empregar métodos inócuos e reversíveis, ela deve sempre ser documentada.

Ainda que haja investimentos e os avanços no plano técnico-científico para a conservação do patrimônio cultural isso não é suficiente para garantir a durabilidade e permanência do bem por mais tempo. Os processos de deterioração são também, ou sobretudo, decorrentes da falta de manutenção periódica, da escassa preparação e integração dos atores envolvidos, da carência de meios de treinamento e formação, da dificuldade de utilizar materiais e técnicas tradicionais para sua conservação, da ausência do estado e, não menos importante, do fraco comprometimento da sociedade civil.

Mesmo que políticas e ações para a conservação do patrimônio possam ser efetivadas para controlar a deterioração do patrimônio, de pouco servirão sem uma mudança sociocultural a respeito da valoração dos bens que fazem parte da herança cultural.

A PARTICIPAÇÃO SOCIAL

A proteção do patrimônio só se torna efetiva quando há o envolvimento da comunidade detentora do bem. É ela que, identificada com esse bem, sentindo-o pertinente aos seus valores, converge esforços para sua proteção.

No entanto, é reconhecido o escasso envolvimento da população brasileira com a conservação dos bens que configuram a memória e a história do país. A explicação para isso pode ser encontrada nas diferenças e desigualdades existentes na sociedade brasileira. Diferenças resultantes de “histórias que deram lugar a diferentes culturas particulares e desigualdade consequente das relações assimétricas, de dominação-subordinação, que ligam povos com culturas diferentes dentro de uma mesma formação sociocultural” (BATALLA, 1997, p. 54).

Esse é um dos motivos que pode explicar porque há no Brasil compreensões tão diferenciadas acerca do patrimônio. É inteligível que as classes populares, envolvidas na penúria das moradias e na urgência de sobreviver, se sintam pouco implicadas com a conservação dos bens, sobretudo se não são seus. Afora isso, outras razões podem ser incluídas nas explicações para o escasso envolvimento de parte significativa da população com a conservação dos bens patrimoniais, manifestas em posições vacilantes ou tíbias frente a propostas vindas dessa direção.

Uma primeira diz respeito ao modo como foi instituída e divulgada a política patrimonial no país. A segunda encontra fundamento na ideologia de valorização da modernidade, disseminada no social, que aquilata tudo aquilo que parece apregoar o progresso e rejeita outros signos entendidos como expressão do arcaico; entre esses as marcas do passado e da natureza.

Sobre a primeira cabe lembrar que desde o estabelecimento da política patrimonial no Brasil em 1937, até um tempo bastante próximo, a seleção dos bens patrimoniais era realizada de acordo com os valores dos grupos sociais dominantes. Elementos considerados dotados de valor de arte, de antiguidade, representativos do Estado, da Igreja e da elite, associados a uma concepção elitista da história, eram os que compunham o patrimônio cultural do país. A seleção e a valoração dos bens conservados era uma decisão ao critério dos funcionários do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN e de seus colaboradores (FONSECA, 2005).

As consequências dessa seleção implicaram em um duplo problema. Primeiro no não reconhecimento da maioria da população nesses símbolos, o que contribuiu para corporificar a patrimonialização como uma prática social da qual ela não participa. A política patrimonial ficou por muito tempo como uma política de especialistas, que têm a capacidade de decidir sobre o valor e a relevância do que deve ser salvaguardado. Segundo, no entendimento de que o bem patrimonial é aquele dotado de monumentalidade, que expressa ou os feitos importantes de uma história oficial, ou a arte em seu estado puro.

Ainda que se reconheça o inegável valor histórico e artístico dos bens privilegiados nas primeiras ações de salvaguarda do SPHAN, não se pode deixar de observar que a escolha daqueles excluía a possibilidade de que outros, dotados de diferentes valores, pudessem ser compreendidos como representativos da cultura e da identidade social e igualmente conservados pela ação do Estado (FENELON, 1992).

Mudanças na concepção de história e de valor contribuíram para transformar, no campo conceitual, o que pode ser um bem patrimonial.

A história passou a reconhecer a importância de todos os agentes sociais em sua feitura, rompendo com formulações que a viam como expressão das realizações das elites. Do mesmo modo, tornou-se possível afirmar que os valores “diferem de cultura em cultura e devem ser formulados dentro de cada âmbito cultural” (IPHAN, 2004, p. 319).

Tais alterações favoreceram o entendimento de que “o patrimônio cultural de um povo compreende as obras de seus artistas, assim como as criações anônimas surgidas da alma popular” (Idem, p. 271). Com isso houve um distanciamento das concepções decimonômicas do patrimônio artístico monumental e uma tendência a reconhecer que as obras modestas, que adquiriram com o tempo uma significação cultural, também compõem o rol de bens culturais e que o patrimônio abarca também os produtos da cultura popular.

Se o modo como foi instituída a política patrimonial no Brasil constituiu um limite à participação social, esse não pode ser considerado o único motivo. A busca incessante pela modernidade igualmente demarcou concepções que explicam o pouco envolvimento da sociedade com os interesses da conservação.

Não raras vezes a conservação é considerada um obstáculo ao progresso. A busca pelo novo colide com os signos do passado, tidos como expressões do atraso, do mau gosto e do empobrecimento.

A busca pelo moderno é algo presente no imaginário do brasileiro, um ideal reiterado em diversas ocasiões pela política, pela economia, pela cultura. Basta pensar nos entendimentos de modernidade expressos pelos ideólogos do progresso desde o

nascimento da República brasileira; no qual se viam afirmativas de que a manutenção de elementos e práticas relacionados aos signos do passado implicavam na negação do moderno tema reiterado nos processos de renovação urbana das décadas iniciais do século XX, no decorrer dos governos de Getúlio de Vargas, de Juscelino Kubistchek e dos presidentes militares (ZANIRATO, 2009).

Nesses entendimentos também se encontram razões para o pouco envolvimento de parte significativa da população com a conservação patrimonial. Não raras vezes a proteção é compreendida como um obstáculo ao progresso.

Essa questão, por sua vez, não se descola de outra relação que vê no patrimônio um meio de valorizar economicamente o bem, numa perspectiva claramente mercantilista³.

A conservação do patrimônio cultural requer a mudança dessas concepções. Isso demanda políticas de valorização da história e da memória. Políticas que deem sentidos diferentes aos bens conservados mediante investimento público, que não podem ser destinados à contemplação, ou à exploração mercadológica, mas ao usufruto da população contribuinte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O patrimônio cultural é uma herança cuja identificação e valoração é essencial para a coesão social. Por isso, toda intervenção que se pretenda sobre o mesmo deve garantir sua compreensão e acessibilidade para o conjunto social. O objetivo final do processo de conservação preventiva ou de restauro deve ser sempre a devolução do bem à sociedade que o gerou. Esse deve ser um princípio a nortear a ação dos profissionais envolvidos com as operações de conservação e restauro.

A isso se soma o fato de que se torne clara a necessidade de proteção dos bens que conformam o patrimônio cultural, sobretudo porque são recursos não renováveis. Dai a responsabilidade de assegurar medidas preventivas capazes de garantir sua permanência pela maior parte do tempo possível, ciente de que a conservação é um fator de manutenção de nossa herança cultural, tanto para o deleite, quanto para a investigação das gerações presentes e futuras.

³Como exemplo, os processos ocorridos no Pelourinho, em Salvador, na Ilha do Recife Antigo, em Recife (ZANIRATO, 2006) e na ocupação imobiliária do litoral paulista após o tombamento da Serra do Mar como um Patrimônio Natural (SCIFONI, 2006).

REFERÊNCIAS

BACCI, Mauro; CUCCI, MENCAGLIA, Costanza; AZELIO, Andrea; MIGNANI, Anna Grazia. Innovative Sensors for Environmental Monitoring in Museums. *Sensors*, 2008, 8, pp. 1984-2005. Disponível em <http://www.mdpi.com/1424-8220/8/3/1984>. Acesso em 14 out. 2012.

BATALLA, Guillermo Bonfil. Nuestro patrimonio cultural: un laberinto de significados. In: FLORESCANO, Enrique (coord.) **El patrimonio nacional de México**. México: FCE, CONACULTA, 1997.

BERMÚDEZ, Alejandro; ARBELOA, Joan Vianney; GIRALT, Adeline. **Intervención en el patrimonio cultural**. Madrid: Síntesis, 2004.

BLADES, Nigel; ORESZCZYN, Tadj; BORDASS, Bill; CASSAR, May. **Guidelines on pollution control in museum buildings**. London: Museum Association, 2000.

CAMUFFO, Dario. **Microclimate for Cultural Heritage**. Amsterdam: Elsevier, 1998.

CASSAR, May. Environmental Management: **Guidelines for Museums and Galleries**. London: Routledge, 1994.

CASTILLO RUIZ, J. ¿Hacia una nueva definición de patrimônio histórico? *PH Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, n. XVI, Sevilla, IAPH, septiembre 1996, pp. 101-106.

CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil, 1988. Disponível em www.planalto.gov.br/legislação. Acesso em 01 out 2012.

DAHLIN, Elin. Preventive conservation strategies for organic objects in museums, historic buildings and archives, in: R. Kozłowski (ed.) Proceedings of the Fifth EC Conference report "Cultural Heritage Research: a pan European Challenge". Krakow: May 2002, European Communities, Luxembourg, 2003, pp. 57–60. Disponível em: http://www.cyf-kr.edu.pl/~ncbratas/pdf/full_dahlin.pdf. Acesso em 14 out. 2012.

EDWARDS, Howell G.M. Raman Microscopy in Art and Archeology. *Spectroscopy* 17, 2002, pp. 16–41.

FENELON, Dea R. Políticas culturais e patrimônio histórico. In SÃO PAULO (cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: DPH, 1992, pp. 29-33.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**. Trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: IPHAN; Editora UFRJ, 2005.

FREIXO, Elisa; CAVICCHIOLI, Andrea. Avaliação e perspectivas da abordagem à conservação do patrimônio organístico no Brasil. *Anais do Museu Paulista*, 18, 2010, p. 231-273. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-47142010000100008&script=sci_arttext. Acesso em 14 oct. 2012.

FRONER, Yaci-Ara; ROSADO, Alessandra. Princípios históricos e filosóficos da conservação preventiva, Tópicos em conservação preventiva: 2. **LACICOR – EBA – UFMG**, Belo Horizonte, 2008. Disponível em <http://www.lacicor.org/demu/pdf/caderno2.pdf>. Acesso em 14 out. 2012.

FRONER, Yaci-Ara; SOUZA, Luiz Antônio Cruz. Preservação de bens patrimoniais: conceitos e critérios, Tópicos em conservação preventiva: 3. **LACICOR – EBA – UFMG**, Belo Horizonte, 2008. Disponível em <http://www.lacicor.org/demu/pdf/caderno3.pdf>. Acesso em 14 out 2012.

GONZÁLEZ-VARAS, Ignacio. **Conservación de bienes culturales**. Madrid: Catedra, 2003.

IPHAN. **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

MCCRACKEN, Gran D. **Culture & consumption: new approaches to the symbolic character of consumer goods and activities**. Bloomington: Indiana University Press, 1990.

MICHALSKI, Stefen. An Overall Framework for Preventive Conservation and Remedial Conservation. **Ninth Triennial Meeting**. ICOM-CC, ICOM-CC, Paris, 1990, pp.589-591.

MIRANDA, Marcos Paulo de S. **O inventário como instrumento constitucional de proteção ao patrimônio cultural brasileiro**. Jus Navigandi, Teresina, ano 12, n. 1754, 20 abr. 2008, pp. 1-35. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=11164>. Acesso em: 08 out. 2012.

SANTAMARTA, José. Turismo y médio ambiente. **GAIA: ecología y desarrollo**. n. 14. P. Imprenta: 1998, pp. 48-51.

SCIFONI, Simone. **A construção do patrimônio natural**. Tese de Doutorado. Geografia Humana. São Paulo: USP, 2006.

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. **Profissão Artista**. Pintoras e Escultoras Acadêmicas Brasileiras. São Paulo: Edusp, 2008.

THOMSON, Gary. **The museum environment**. Butterworth-Heinemann: Oxford 1986.

UNESCO. **Carpeta de información sobre el patrimonio mundial**. Paris: UNESCO, 2005.

VAN DEN BRINK, Oscar F.; EIJKEL, Gert B.; BOON, Jaap J. Dosimetry of paintings: determination of the degree of chemical change in museum-exposed test paintings by mass spectrometry. **Thermochemica Acta**, 365, 2000, pp. 1–24.

ZANIRATO, Silvia Helena; Patrimônio para todos: promoção e difusão do uso público do patrimônio cultural na cidade histórica. **Patrimônio e Memória**. v.2, n.2, 2006, pp. 85-104.

ZANIRATO, Silvia Helena. Usos sociais do patrimônio cultural e natural. **Patrimônio e Memória**. v. 5, n.1, 2009, p. 145-160.